

HUMANAS E SOCIAIS

V.8 • N.1 • Abril/Maio/Junho - 2019

ISSN Digital: 2316-3801

ISSN Impresso: 2316-3348

DOI: 10.17564/2316-3801.2019v8n1p57-70



ENTRE RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS: A FACE FEMININA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM MARACANAÚ/CE

AMONG STREETS, PLACES AND FOOTWEAR: THE FEMALE FACE
OF POPULATION IN STREET SITUATION IN MARACANAÚ/CE

ENTRE CALLES, PLAZAS Y CALZADAS: LA CARA FEMENINA DE
LA POBLACIÓN EN SITUACIÓN DE CALLE EN MARACANAÚ/CE

Régia Maria Prado Pinto¹

1 Artigo baseado na dissertação de mestrado Fenômeno população em situação de rua à luz da questão social: percursos, vivências e estratégias em Maracanaú/CE (PINTO, 2015). Projeto de pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com o número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 35139714.0.000.5534.

RESUMO

Este artigo visa estudar as diversas violações dos direitos vivenciadas cotidianamente por mulheres em situação de rua nos espaços urbanos da cidade de Maracanaú, Ceará. Para isso, o percurso teórico-metodológico é constituído à luz de estudos bibliográficos e análises de pesquisa de campo. Dentre as inúmeras violações, a pesquisa identificou desemprego, fome, calor, frio, medo, violências física, moral e psicológica, abuso e exploração sexual, preconceito, indiferença, adoecimentos e dificuldades no acesso às políticas públicas. Em face dessa realidade, essas mulheres constroem estratégias e resistências nos percursos das ruas como forma de acesso às necessidades humanas.

PALAVRAS-CHAVE

Mulheres em Situação de Rua. Gênero. Desigualdades Sociais. Direitos.

ABSTRACT

This article aims to study the various human rights violations experienced daily by women in street situations in urban areas in the city of Maracanaú, Ceará. For this, the theoretical-methodological course is contradicted in light of bibliographical studies and field research analyzes. Among the many violations, the research identified unemployment, hunger, heat, cold, fear, physical, moral and psychological violence, sexual abuse and exploitation, prejudice, indifference, illness and difficulties in accessing public policies. In the face of this reality, these women control strategies and resistances in the streets as a way of accessing human needs.

KEYWORDS

Women In A Street Situation. Genre. Social Differences. Rights.

RESUMEN

Este artículo apunta a las diversas violaciones de los derechos vivenciadas cotidianamente por mujeres en situación de calle en los espacios urbanos de la ciudad de Maracanaú, Ceará. Para ello, el recorrido teórico-metodológico se basa en estudios bibliográficos y análisis de investigación de campo. En las numerosas violaciones, la investigación identificó el desempleo, el hambre, el calor, el frío, el miedo, las violencias física, moral y psicológica, el abuso y la explotación sexual, el prejuicio, la indiferencia, las enfermedades y las dificultades en el acceso a las políticas públicas. En vista de esa realidad, esas mujeres controlan estrategias y resistencias en los recorridos de las calles como forma de acceso a las necesidades humanas.

PALABRAS CLAVE

Mujeres en situación de calle. Género. Desigualdades sociales. Derechos.

1 CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DA (RE)PRODUÇÃO DO FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O fenômeno população em situação de rua surgiu nas sociedades pré-industriais dos séculos XIV e XV, na Europa Ocidental, no processo chamado de “acumulação primitiva do capital”. Esse movimento sócio-histórico significou a expulsão dos camponeses para as cidades, transformando-os em trabalhadores assalariados, significando também a degradação do sistema feudal. Esses pequenos proprietários, que antes produziam para o seu próprio consumo e para o de sua família, foram obrigados a suprir suas necessidades nas cidades mediante a venda da força de trabalho. Em Marx (2013, p. 804), “[...] tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre”.

Convém colocar que os camponeses expulsos de suas terras e obrigados a venderem a sua força de trabalho viviam sob uma rigorosa disciplina, péssimas condições de trabalho e de vida, além de baixos salários. Aqueles/as trabalhadores/as arrancados/as das terras e não absorvidos/as pelas fábricas ou não adaptados/as à disciplina de trabalho transformavam-se em mendigos, andarilhos e pedintes que perambulavam pelas ruas. Essa população excedente não absorvida pelo capital transforma-se em base da acumulação capitalista, capital variável em potencial. Para Marx (2013, p. 707):

[...] se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua conta própria. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional.

É nesse contexto que surge a população em situação de rua. Constata-se que o fenômeno social população em situação de rua é antigo, mas ganha maior visibilidade com as configurações capitalistas nos diversos tempos sócio-históricos, principalmente a partir dos anos de 1970. Silva (2011, p. 115) sinaliza que:

O fenômeno população em situação de rua é uma expressão incontestada das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se processam a partir do eixo capital/trabalho. E como tal, é expressão incontestada da questão social. Essas desigualdades sociais foram aprofundadas na cena contemporânea, em face das mudanças no mundo do trabalho, oriundas principalmente da reestruturação produtiva, da reorientação do papel do Estado e da supervalorização do capital financeiro sobre o capital produtivo.

Em meados dos anos de 1970, o Estado keynesiano começou a dar sinais de crise pela estagnação do crescimento econômico, endividamento do Estado, altos índices inflacionários e aumento do desemprego. As empresas, para atenderem ao mercado extremamente competitivo e moderno e garantirem seus lucros, adotaram novas medidas no processo organizativo da produção pautadas no método japonês ou toyotismo, que tem como fundamento básico a flexibilidade no processo de contratação do trabalho e desregulamentação dos direitos trabalhistas. A contratação de trabalhadores passou a ser submetida à necessidade da produção por meio da terceirização, subcontrato ou empregos temporários.

As transformações no processo produtivo deram-se concomitantemente às mudanças na esfera estatal. O projeto neoliberal surgiu como uma reação ao *Welfare State*, apontado com um dos entraves ao desenvolvimento do capital. Para os neoliberais, o endividamento do Estado deu-se por sua excessiva intervenção no mercado. Era preciso um Estado mínimo.

No “tempo presente”, o capital financeiro assume cada vez o comando do processo de acumulação capitalista, trazendo implicações nos processos sociais, na economia, na política e na cultura. A atual conjuntura é marcada pela mundialização do capital, que se nutre dos investimentos, da especulação financeira e da expropriação dos recursos públicos. Essa lógica é sustentada pelas corporações transnacionais, como os bancos, fundos de pensões e seguradoras. É dinheiro que gera dinheiro. Esse processo só é possível com a intervenção financeira, política e jurídica do Estado.

No Brasil, as implicações desse processo têm sido o aumento do desemprego, empobrecimento da classe trabalhadora e acirramento de diversas expressões das desigualdades sociais, a exemplo do aumento significativo de indivíduos e/ou famílias que buscam as ruas como espaço de moradia e/ou sustento nos grandes centros urbanos.

2 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

Em 2009, a primeira Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua² no Brasil, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, identificou aproximadamente 50.000 pessoas em situação de rua acima de 18 anos em diversas cidades do país. A referida pesquisa identificou que esse grupo populacional é extremamente heterogêneo, formado por indivíduos e/ou famílias que possuem histórias de vida diversas, distintos motivos de inserção nas ruas, múltiplas relações de solidariedade e afetivas, diferenciados tempos de permanência, mas que têm em comum a pobreza extrema. Segundo o artigo 1º, parágrafo único, da Política Nacional para População em Situação de Rua, a população em situação de rua³ é um:

2 Pesquisa que teve o objetivo de caracterizar a população em situação de rua e subsidiar a formulação e implantação de políticas públicas voltadas para a realidade desse grupo populacional. Abrangeu 23 capitais brasileiras independentemente do seu porte populacional e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes.

3 A expressão “população em situação de rua” traduz e fortalece o conceito defendido pelo Movimento Nacional para População em Situação de Rua (MNPR), que o cunhou, com muita luta e resistência, por meio do Decreto n. 7.053/2009, de 23 de

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular e que utiliza logradouros públicos e áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

A Pesquisa Nacional revelou que 67% dos indivíduos que vivem em situação de rua são negros ou pardos e que 95% possuem baixa escolaridade. Os principais motivos que levaram esses sujeitos e/ou famílias às ruas relacionam-se ao uso de álcool e/ou drogas (35,5%), desemprego (29,8%) e conflitos familiares (29,1%). Já a pesquisa realizada por Pinto (2015) indicou que o desemprego é o principal motivo que leva à situação de rua, bem como à permanência nas ruas.

Os dados revelam que a população em situação de rua é um fenômeno de multideterminações, ou seja, há uma multiplicidade de fatores vinculados às desigualdades das estruturas da sociedade capitalista.

3 A FACE FEMININA DAS RUAS E AS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS

A Pesquisa Nacional revelou que a maioria população em situação de rua é formada por homens (82%), isto é, a parcela feminina em situação de rua em termos numéricos é pouco significativa em relação à masculina.

Em seu estudo, Pinto (2015) identificou também que o número de mulheres em situação de rua é inferior ao masculino. Neste artigo, pretende-se analisar cinco relatos dentre aqueles proferidos por 45 mulheres atendidas pelo Centro de Referência para População em Situação de Rua/Centro Pop⁴.

3.1 QUEM SÃO ELAS?

O quadro adiante mostra a caracterização das participantes da pesquisa demonstrada a partir de algumas variáveis.

Quadro 1 – Caracterização das participantes da pesquisa

Nome	Idade	Raça/Cor	Estado civil	Ocupação	Escolaridade
Bárbara de Alencar	38 anos	Negra	Solteira	Flanelinha	4º ano/Fund.
Dalva de Oliveira	24 anos	Parda	Solteira	Flanelinha	6º ano/Fund.

dezembro de 2009.

⁴ O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua/Centro Pop é previsto no Decreto n. 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais da Política de Nacional de Assistência como unidade de referência para a população em situação de rua, com o objetivo de ofertar o serviço especializado para a população em situação de rua e o serviço especializado em abordagem social.

Nome	Idade	Raça/Cor	Estado civil	Ocupação	Escolaridade
Olga Benário	45 anos	Parda	Casada	Flanelinha	Analfabeta
Princesa Diana	22 anos	Parda	Solteira	-	8º ano/Fund.
Rachel de Queiroz	44 anos	Branca	Solteira	Catadora de resíduos sólidos	3º ano/Fund.

Fonte: Elaboração própria (2015).

Constata-se que a população feminina em situação de rua é formada também, predominantemente, por negras e pardas com baixa escolaridade e faixa etária entre 30 e 50 anos. Segundo lamamoto (2007, p. 160), “[...] a questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais [...]”.

No decorrer da pesquisa, nenhuma das entrevistadas se encontrava estudando. Para Rachel de Queiroz (2015), a baixa escolaridade dificulta o acesso ao trabalho: “Não tenho estudo; se tivesse, eu tinha condições de trabalhar de carteira assinada”.

Quanto ao acesso à renda, as mulheres em situação de rua exercem principalmente atividades como catadoras de materiais recicláveis, vigias de carros e flanelinhas nos sinais. Todas as participantes do estudo afirmaram que nunca haviam trabalhado de carteira assinada. Apenas Princesa Diana declarou fazer mendicância. As falas abaixo relatam violações dos direitos no acesso ao trabalho e à renda.

É muito importante na vida de uma pessoa o trabalho; é uma segurança que a gente tem. Eu morei em Brasília e trabalhava em casa de família, era empregada doméstica. Nunca trabalhei de carteira assinada. (OLGA BENÁRIO, 2015).

Se eu tivesse o emprego, era mais fácil. Na primeira vez que saí de casa, eu tinha 16 anos. Quando era moça, eu ficava nas ruas aqui em Maracanaú [...]. Estava morando em Itaitinga, numa casa alugada, com meu marido e minha filha mais nova. Agora estou há cinco meses em situação de rua de novo. (DALVA DE OLIVEIRA, 2015).

Me acho uma trabalhadora. Sou muito responsável em tudo que eu faço. Desde criança que eu trabalho e ajudo a minha família. Sei cozinhar; sei fazer tudo. Eu não aguento mais essa vida. É muito humilhante. (RACHEL DE QUEIROZ, 2015).

As pessoas falam que estou grávida. O preconceito é demais com a gente, não me dão trabalho, é preconceito demais com a gente. (PRINCESA DIANA, 2015).

No período da pesquisa, todas as entrevistadas eram beneficiárias do Programa Bolsa Família, recebendo então o valor de R\$ 77,00, sendo a única renda fixa delas.

3.2 O CAMPO DA PESQUISA

Maracanaú é um município do estado do Ceará, fazendo parte da Região Metropolitana de Fortaleza. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) mostram que Maracanaú possui a terceira maior população do Ceará, com 209.057 habitantes e a segunda maior arrecadação de tributos e impostos sobre circulação de serviços do estado, ficando atrás apenas de Fortaleza, capital do estado.

A cidade é retrato do desenvolvimento urbano aliado à implantação de um complexo industrial na década de 1960. Esse processo foi motivado pela redistribuição de indústrias concentradas na região Sudeste, sobretudo no estado de São Paulo, devido à necessidade de novos mercados consumidores, oferta de isenções fiscais pelos governos estaduais e mão de obra de baixo custo. Possui 99,3% da área geográfica marcadamente urbana e 0,69% rural, consoante o Relatório Perfil Básico do Município divulgado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2010)⁵. Cerca de 25.558 pessoas estão empregadas no setor de indústria e de transformação, enquanto 15.945 estão empregadas no setor de comércio e serviços, tendo as demais áreas 8.833 empregados formais⁶.

O processo de industrialização alterou visivelmente os espaços da cidade, impondo-lhe transformações no espaço urbano e expondo diversas expressões da questão social, como violência, trabalho infantil, oferta de serviços públicos de má qualidade, degradação ambiental, discriminações social e racial, favelização, privatização dos espaços públicos e especulação imobiliária.

O complexo industrial de Maracanaú constitui uma das estratégias de acesso ao mercado de trabalho, sendo recorrente a presença de indivíduos e/ou famílias advindos de diversas cidades do Ceará e de outros estados na busca de trabalho e melhores condições de vida. Aqueles/as que não conseguem inserção nas empresas ou são demitidos/as devido à redução dos postos de trabalho com o avanço tecnológico acabam ingressando no mercado informal em situação extremamente precária ou ficam desempregados/as. Diante disso, trabalhadores/as sem condições de prover o próprio sustento e da família passam a ter a rua como única alternativa.

Maracanaú não participou da Pesquisa Nacional para População em Situação de Rua, portanto não possui um quantitativo oficial e da caracterização da população em situação de rua. Dados do Relatório do Centro Pop apontam que, desde sua implantação, 508 pessoas foram atendidas nos serviços ofertados.

3.3 VIVER (DAS)NAS RUAS

A parcela feminina em situação de rua em termos numéricos é inferior à masculina, porém é imprescindível discutir suas particularidades. As mulheres em situação de rua vivenciam diversas violações de seus direitos por terem a rua como espaço de moradia e/ou sustento, mas também pelo machismo presente fortemente na sociedade brasileira.

⁵ Segundo o Ipece, a fonte dos dados é a Secretaria da Fazenda (SEFAZ).

⁶ Segundo o Ipece, a fonte dos dados é o Ministério do Trabalho (MT).

As entrevistadas denunciaram o preconceito, a ojeriza e a discriminação por parte da sociedade e do poder público por estarem em situação de rua, como mostram os relatos à frente:

O preconceito é demonstrado até pelo olhar; as pessoas olham muito para a gente, principalmente quando a gente está muito assanhada e com feridas no corpo como estou. Mangam. Um dia, um homem deu um empurrão em mim. É muita humilhação. (RACHEL DE QUEIROZ, 2015).

As pessoas pensam que a gente vai roubar. O povo não confia em dar trabalho para a gente. Além disso, estou grávida. Tudo fica mais difícil ainda. Quando a gente vai pedir, tem pessoas que nem falam. A gente sofre muita discriminação. As pessoas não querem ajudar a gente. (PRINCESA DIANA, 2015).

Fico em vários lugares; a gente não pode ficar muito tempo em um mesmo lugar: no mercado e à noite no hospital. Num dia, fui dormir perto da calçada de um restaurante quando uma mulher chegou gritando: era a dona do restaurante. Eu falei que a gente não era ladrão: 'Nós somos moradores de rua, minha senhora. Estamos só dormindo'. (OLGA BENÁRIO, 2015).

As entrevistas afirmam a presença do machismo em um espaço dominado predominantemente pelos homens, conforme indicam as falas:

Faz quatro anos que estou com o meu companheiro. Temos uma filha. Mas, quando ele está bêbado, eu sumo da vista dele. Registrei um Boletim de Ocorrência. Eu sofro muita violência por parte dele quase todos os dias; ele já tentou me matar. (DALVA DE OLIVEIRA, 2015).

Já passei por tanta coisa. Tenho medo de morrer. Tenho medo de me matarem. Alguma vingança, pois meus pais usam drogas. Meu sonho é ver meus pais saírem das drogas. Minha mãe está numa clínica de recuperação e meu pai, preso. O meu pai tentou matar minha mãe. (BÁRBARA DE ALENCAR, 2015).

Elas relatam que já vivenciaram algum tipo de violência anterior à situação de rua por parte dos/as companheiros/as e/ou membros da família. A violência contra a mulher é apontada como um dos motivos que levam mulheres à situação de rua. As relações entre homens e mulheres nas ruas também são permeadas pela desigualdade de gênero como construto histórico e social, em uma sociedade profundamente patriarcal e machista. A sociedade brasileira tem marcas profundas da estrutura patriarcal, ou seja, uma centralidade na autoridade masculina. Sobre essa temática, de fato:

Formas de opressão, geradas a partir da questão de gênero, são uma realidade objetiva que atinge um contingente expressivo de mulheres e, neste sentido, só pode ser entendida no contexto sócio-histórico-cultural, num movimento complexo e contraditório entre sociabilidade e individualidade e entre as relações de gênero e a totalidade da vida social. (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p. 12).

As violações dos direitos estão presentes, também, nas abordagens policiais, como a expulsão dos espaços públicos, retenção dos pertences e documentos, ameaças e humilhações. As abordagens policiais são recorrentes no dia a dia das mulheres em situação de rua. “Para mim, o maior medo é da polícia. Fazem revistas na bolsa da gente. Mandam tirar tudo de dentro da bolsa. Rasgam nossos documentos e jogam as roupas no lixo. Às vezes, a polícia chega até batendo em nós” (BÁRBARA DE ALENCAR, 2015).

Para Foucault (1985), os poderes são exercidos em níveis variados e em pontos diferentes da rede social. As relações de poderes não estão localizadas em um ponto específico da estrutura social. O poder funciona como uma rede de dispositivos ou mecanismos de que nada ou ninguém escapa, não existindo exterior possível, limites ou fronteiras.

Dentre as violações que mais trazem sofrimentos para as mulheres em situação de rua, a violência sexual foi aquela mais apontada, como indica a fala adiante:

Um cara me arrastou para dentro do mato e fez tudo o que quis. Era mais nova, foi tragédia, e esse meu filho mais velho é filho desse homem. Eu fiquei com nojo. Depois soube que era casado. Depois de tempos, tive notícias que ele morreu; mataram. []. Uma vez um cara colocou uma faca na minha garganta, dei uma de boazinha para ele não me matar. (OLGA BENÁRIO, 2015).

Segundo Tiene (2004), as mulheres em situação de rua nunca estão sozinhas. Convivem em grupos como forma de garantir proteção. Elas possuem companheiros/as para se sentirem seguras, sendo muitas vezes submetidas sexualmente para garantir a sua segurança. As mulheres mantêm a submissão sexual em troca de proteção. Elas constroem relações de proteção com o gênero mais presente nas ruas, o homem.

Outra questão identificada nas entrevistas foi que as mulheres em situação de rua assumem a organização do espaço ocupado pelo grupo e prestam cuidados no caso de adoecimentos, como mostram as falas:

Eu gosto de fazer as coisas. Quando eu pego uma vassoura, eu varro a praça. Gosto de trabalhar. Trabalho desde criança na minha vida; vendia coisas nos ônibus. Eu gosto de limpar onde eu durmo. (OLGA BENÁRIO, 2015).

Tenho 24 anos, nasci em Maracanaú. Sou costureira e vendedora. Faço tudo. Quando alguém fica muito doente mesmo, eu quem levo para o médico. Passo o dia lá no hospital [...]. (DALVA DE OLIVEIRA, 2015).

Faço a comida. O meu amigo A. R. não sabe ler nem escrever, então ajudo a receber o dinheiro do Bolsa Família. Gosto de ajudar todo mundo. (BÁRBARA DE ALENCAR, 2015).

As participantes, durante as entrevistas, mostraram uma preocupação com a vaidade e a higiene pessoal. Para isso, elas buscam as instituições públicas ou privadas que disponibilizam o espaço para cuidados pessoais, lavagem de roupa, acesso à higiene pessoal e refeições.

O Centro Pop ajuda em muita coisa; se não fosse por ele, a gente estava tomando banho e lavando as roupas nas lagoas, que muitas vezes estão sujas. No dia que não tem o Centro Pop, no café da manhã é todo mundo com fome. Aqui temos acesso a comida. (RACHEL DE QUEIROZ, 2015).

O acesso aos serviços públicos é também marcado por vivências discriminatórias, negação dos direitos, representações estigmatizantes e preconceituosas. As exigências formais e documentações solicitadas pelas instituições constituem barreiras no acesso às políticas públicas. As falas a seguir demonstram as violações dos direitos no acesso às políticas públicas.

A demora no atendimento é muito grande, hoje fui me consultar, mesmo eu chegando cedo, com muita dor, e só fui atendida porque estava com o papel que levei (o encaminhamento) da assistente social. O funcionário não queria entregar a senha para mim. (OLGA BENÁRIO, 2015).

Estou cadastrada no Programa Minha Casa Minha Vida e estou também aguardando o aluguel, porque estou grávida. O tempo de espera é muito grande, mas, antes do meu filho nascer, vai sair; a assistente social falou. E, no começo do próximo ano, vou receber a casa. Estou fazendo o pré-natal no posto de saúde aqui perto. (PRINCESA DIANA, 2015).

Estou precisando muito de ir ao médico, mas as pessoas olham muito para a gente []. Olham com nojo. Isso é muito ruim, então eu não vou. (RACHEL DE QUEIROZ, 2015).

O cotidiano das mulheres em situação de rua é permeado por histórias de vidas marcadas por violações de direitos e também por sonhos como uma forma de resistência em face das condições tão aviltantes.

Tenho a expectativa de subir na vida; ir para uma casa e ter meus filhos de volta, que estão com uma família acolhedora; meu marido arranjar um emprego e ser como os outros; ter uma vida como todo mundo que tem uma casa. Tendo uma casa, tudo vai ser diferente: eu vou cuidar dos meus filhos; já estou esperando outro. (PRINCESA DIANA, 2015).

Meu sonho é ter uma casa. Queria minha casa própria e sair da rua. Eu não aguento mais essa vida humilhante. A minha família diz que vai colocar uma máscara na cara porque tem vergonha de mim. Eu tenho inveja porque minhas duas irmãs moram dentro de casa, e ninguém me aceita. (DALVA DE OLIVEIRA, 2015).

Durante as entrevistas, pontuamos sobre o processo de organização política da população em situação de rua. Apenas Olga Benário (2015) se posicionou a respeito: “Eu ouvi falar do movimento de rua em Fortaleza, mas nunca participei. Política, só cumpro meu dever de votar”. Assim, o processo de organização da população em situação de rua é um enorme desafio a ser enfrentado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo possibilitou realizar uma aproximação acerca da realidade das mulheres em situação de rua no contexto das desigualdades sociais na sociedade brasileira. Nesse sentido, alguns questionamentos expostos no decorrer deste texto serão retomados sem a intenção de serem conclusivos, mas com o escopo de que possam contribuir para trilhar um caminho de debates e reflexões.

As mulheres em situação de rua, em termos numéricos com relação aos homens, são poucas, porém é imprescindível o investimento em pesquisas e estudos numa perspectiva de produzir conhecimentos que possam subsidiar ações capazes de forjar espaços de construção de novos projetos de vida com respeito à autonomia dessas mulheres.

A população feminina em situação de rua nos espaços urbanos vivencia, cotidianamente, inúmeras violações dos direitos pela sociedade, família e poder público. Além de serem vítimas da discriminação por morarem nas ruas, sofrem também com o machismo imposto em um espaço dominado pelos homens. Pensar sobre as mulheres em situação de rua não se diferencia totalmente da realidade de mulheres pobres nas periferias das cidades, onde vivenciam as diversas formas do machismo e do patriarcalismo, ainda muito presentes na sociedade. As práticas higienizadoras, as ações violentas de extermínios, as perseguições moralizantes e o recolhimento das ruas também expressam o viés preconceituoso e imediatista quanto à temática em questão.

A articulação entre as políticas públicas é imprescindível no intuito de atender às necessidades humanas ante a complexidade das múltiplas determinações impostas às mulheres em situação de rua; ofertar possibilidades de construir novos projetos de vida; superar as diversas barreiras, como a exigência de apresentação de documentos, declaração de renda, comprovante de endereço, enfim, essa articulação ajuda a superar esse percurso marcado por vivências discriminatórias e preconceituosas e de negação dos direitos.

A pesquisa aponta inúmeros desafios para os militantes, para o poder público, para os profissionais implicados e para as mulheres em situação de rua, sendo, portanto, imprescindível aprofundar o debate da temática aqui em comento em face das violações dos direitos vivenciadas cotidianamente nos espaços urbanos.

Nesse sentido, o artigo pretende contribuir com um debate crítico, ético e propositivo no sentido de aprofundar e construir reflexões pertinentes à luta pela garantia de acesso aos direitos. É um caminho a trilhar! Um longo caminho a percorrer, principalmente na perspectiva de contribuir para a superação das violações à dignidade humana das mulheres em situação de rua.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Dimensões da precarização do trabalho**: ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Canal 6, 2013.

BRASIL. Decreto n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 dez. 2009.

BRASIL. **Orientações técnicas**: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF: MDS, 2011.

BRASIL. **Pesquisa nacional sobre a população nacional em situação de rua**. Brasília, DF: MDS, 2009.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de informações básicas municipais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios – PNUD 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Relatório perfil básico do município divulgado pelo instituto de pesquisa e estratégia econômica do Ceará**. Fortaleza: Ipece, 2010.

MARACANAÚ. Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. **Relatório mensal de acompanhamento**. Maracanaú, 2015.

MARX, K. **O capital**: Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

PINTO, R. M. P. **Fenômeno população em situação de rua à luz da questão social**: percursos, vivências e estratégias em Maracanaú. 2015. 216f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

SANTOS, S. M. M.; OLIVEIRA, L. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, 2010.

SILVA, M. L. L. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

TIENE, I. **Mulher moradora na rua**: entre vivências e políticas sociais. Campinas: Alínea, 2004.

Recebido em: 16 de Dezembro de 2018

Avaliado em: 4 de Fevereiro de 2019

Aceito em: 4 de Fevereiro de 2019



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilhaqual CC BY-SA

1 Assistente social da Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú, Ceará; Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PPGSS/UERJ.
E-mail: regiapradop@gmail.com.



